

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.361.204 - ES (2018/0234058-2)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : RONZONI ROCHAS IMPORT & EXPORT LTDA. - EPP
ADVOGADOS : VINICIUS PEREIRA DE ASSIS - ES009947
LUCIANO DE OLIVEIRA ADOLFO E OUTRO(S) - ES026941
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. ARTS. 489 E 1.022, II, DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. PENHORA SOBRE O FATURAMENTO. COMPROMETIMENTO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. JUÍZO FIRMADO COM LASTRO NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por RONZONI ROCHAS IMPORT & EXPORT LTDA - EPP, em face de decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (fl. 321 e-STJ):

TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA SOBRE FATURAMENTO DA EMPRESA. POSSIBILIDADE EM CASOS EXCEPCIONAIS. PERCENTUAL DE 5% (CINCO POR CENTO). PERCENTUAL MODERADO.

I - Hipótese em que a exequente demonstrou ter requerido a penhora através do sistema BACENJUD e do RENAJUD, comprovando a realização de diligências para localizar outros bens da agravada susceptíveis de penhora.

II – Assim, se mostra plausível a penhora sobre o faturamento da empresa, em percentual moderado, eis que não demonstrada a inviabilidade das atividades operacionais.

III - Agravo de instrumento desprovido.

Embargos de declaração opostos e rejeitados (fl. 345 e-STJ).

No recurso especial, a recorrente, sustentando prequestionamento da matéria nas instâncias ordinárias, alega contrariedade ao CPC/2015, quanto ao seguinte: (i) 1.022, II, por o acórdão recorrido não suprir a omissão apontada nos embargos de declaração quanto ao conhecimento dos percentuais já penhorados em outros processos em que a recorrente consta como executada e a União, exequente, que chegam a 23% (vinte e três por cento) de seu faturamento e se esse percentual seria razoável e viável ao funcionamento da empresa; (ii) 489, II, § 1º, IV e VI, por ausência de fundamentação quanto a precedente alegado e por ignorar jurisprudência apresentada; e (iii) 866, § 1º, quanto ao limite da penhora sobre o faturamento de uma empresa, visto que o total de penhora nos diferentes processos chega a 23% (vinte e três por cento) do seu faturamento, o que asfixia a saúde financeira e operacional da recorrente.

Contrarrazões a fls. 364-373 e-STJ.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão

agravada.

É o relatório. Decido.

De início, afasta-se a alegada violação dos arts. 489, II, § 1º, IV e VI, e 1.022, II, do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido (fls. 353/354 e-STJ) manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia, apenas decidindo a lide em sentido diverso da pretensão defendida pela recorrente. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração. Não demonstrada, pois, omissão de questão relevante à correta resolução da demanda, desnecessário qualquer esclarecimento ou complemento ao que já decidido pela Corte de origem.

Na espécie, a Corte de origem consignou que a recorrente não comprovou, de forma cabal, que o percentual fixado inviabilizaria o exercício da atividade empresarial, mantendo o percentual da penhora em 5% (cinco por cento) do faturamento, a despeito da alegação das demais penhoras ocorridas em outros processos, o que totalizaria 23% do faturamento (fls. 319 e-STJ):

A penhora sobre o faturamento, por implicar a indisponibilidade das receitas auferidas pelo empresário para explorar a empresa e cumprir as obrigações sociais correlatas, tais como, trabalhistas, tributárias, previdenciárias e comerciais constitui medida excepcional, que demanda a prova da ausência de outros bens passíveis de constrição, conforme disciplina o artigo 866 do CPC/15, haja vista, inclusive, que não está sequer entre os bens com maior preferência na ordem de penhora.

Nesse sentido se manifesta o Superior Tribunal de Justiça.

Assim, entendo que houve o esgotamento dos esforços por parte do ente público na procura de bens penhoráveis, tal como a pesquisa no Cartório de Registro de Imóveis, INPI, CVM, entre outros.

O STJ possui o entendimento de que é possível a penhora recair, em caráter excepcional, sobre o faturamento da empresa, em percentual razoável (geralmente 5%) e desde que este percentual não torne inviável o exercício da atividade empresarial.

Acrescente-se que a agravante não comprova, de forma cabal, a inviabilidade do percentual fixado, apresentando tão somente alegações genéricas que não rechaçam a decisão recorrida.

Assim, tem-se que a revisão da conclusão a que chegou o Tribunal de origem sobre a questão demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial, por força da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator